



**ATA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO
AMBIENTE - CEMAAM, realizada no dia 17
de outubro de 2025.**

	PROCESSO	INTERESSADO	RELATOR
01	01.01.030201.002402/2022-10	DESTAQUE IND E COM DE MADEIRAS - ME	SECT
02	01.01.030201.015613/2025-65	INDUSTRIA, COMERCIO E EXP. DE MADEIRAS SÃO PEDRO LTDA	ICMBIO
03	01.01.030201.001781/2021-40	CONDOMINIO MORADA DOS JARDINS ED.LIRIOS	IDESAM
04	01.01.030201.025794/2024-57	MANOEL BATISTA ROSAS	IDESAM
05	01.01.030201.026580/2024-06	SUPERMERCADOS DB LTDA	ALEAM/COMAPA

Aos **DEZESETE** dias do mês de outubro, foi realizada a Centésima Décima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMAAM, de forma presencial, no auditório da Secretaria de Estado de meio Ambiente – SEMA, com início às 9h20, onde foi discutida a seguinte pauta: **1** – Abertura da reunião pelo Presidente do CEMAAM; **2** – Leitura e aprovação da ATA da 117ª Reunião Ordinária, ocorrida em 19 de setembro de 2025; **3** – Análise e deliberação sobre as Minutas Alteradoras dos seguintes Decretos Estaduais: **3.1. Alteração do Decreto Estadual Nº. 51.355, DE 13 DE MARÇO DE 2025, que REGULAMENTA, no âmbito do Estado do Amazonas, as infrações administrativas, penalidades e medidas cautelares aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; 3.2. Alteração do Decreto Estadual Nº 51.354, DE 13 DE MARÇO DE 2025, que DISPÕE sobre o processo administrativo para apuração das infrações ambientais e imposição de sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; 4** - Análise e deliberação dos processos de Autos de Infração distribuídos e analisados pelos conselheiros, conforme tabela abaixo:

5 - Informes da Secretaria Executiva do CEMAAM; **6** - O que houver. **Estiveram presentes os seguintes Conselheiros:** Raquel Queiroz R. Said (SEMA), Andreia Bastos da Silva (ALEAM/COMAPA), Edervan Vieira dos Santos (CNS), Jean Charles Racene dos





25 Santos Martins (CPRM), Renilton dos Santos Solarth (CREA), Rosângela dos Reis
 26 Guimarães (EMBRAPA), Gabriel Gonçalves dos Santos (FAEA), Francisco Ademar da
 27 Silva Cruz (FAS), Karoline Amancio Gomes (FIEAM), Olavo de Angiolis Silva (FOPES),
 28 Ana Cristina Ramos de Oliveira (FVA), Vicente Raimundo de A. Neves (GTA), Jadson
 29 José Souza de Oliveira (IBAMA), Eleonizia Barreto da Silva e Michele Caldeira Magdalena
 30 Ribeiro (ICMBIO), Alex Jordan Oliveira Mendonça (IDESAM), Hélio Leonardo Moura
 31 Brandão (INCRA), Geângelo Petene Calvi (INPA), Walter Cohen Ferreira Junior (IPAAM),
 32 Suelen Cardoso Ramos (MNCR), Carlos Allan Amorim de Carvalho (OAB), Henrique Lima
 33 Marinheiro (SEMMASCLIMA), Edmar Lopes Magalhães (SEDECTI), Ricardo Tavares de
 34 Albuquerque (SECT), Márcio Lima de Abreu (SEPROR), Clairon Lima Pinheiro (UEA),
 35 Francimar de Araújo Mamed (UFAM). **Ausências justificadas: FETAGRIAM, CRBIO-06.**
 36 **Assessora dos Colegiados:** Glauce Ma. Tavares Monteiro. **Equipe de apoio:** Nayana
 37 de Souza Rodrigues, Felipe Moraes Costa, Ana Beatriz da Silva Cruz, Maria Cleia Freitas
 38 dos Santos Moreira (ASSCOL/SEMA). **Instituições ausentes: COIAB, FAS,**
 39 **FETAGRIAM, FOPES, IAAAN, FMF, MNCR, SECT, SEPROR.** Convidados: Emely Sales
 40 (ALEAM), Janine Tavares (FMF), Victor Lopes Salgado (FOPES). **A Secretária**
 41 **Executiva do CEMAAM, Raquel Said, como Presidente** da sessão, cumprimentou os
 42 conselheiros e conselheiras presentes, agradecendo pela participação. Em seguida,
 43 informou que, em cumprimento ao Regimento Interno, estava realizando a primeira
 44 chamada da 118ª Reunião Ordinária do CEMAAM. Destacou que, naquele momento,
 45 ainda não havia quórum mínimo para o início dos trabalhos, razão pela qual seria
 46 necessário aguardar a formação do quórum ou, então, proceder à segunda chamada.
 47 Com o quórum atingido, a **Secretária Executiva do CEMAAM, Raquel Said,** deu início
 48 à reunião, fez a leitura da pauta da reunião, quanto ao item 4; por motivos de
 49 compromisso externo, o relator do processo 02, solicitou que pudesse relatar
 50 por primeiro e assim invertesse a ordem de relatos. Sem nenhuma objeção, foi
 51 aprovado a solicitação do Conselheiro. A **Presidente** seguiu para a leitura da ata da
 52 reunião anterior, que foi aprovada também por unanimidade. Passando ao item 3 da
 53 pauta - Análise e deliberação sobre as Minutas Alteradoras dos seguintes Decretos





Estaduais: **3.1. Alteração do Decreto Estadual Nº. 51.355, DE 13 DE MARÇO DE 2025,**
que REGULAMENTA e 3.2. Alteração do Decreto Estadual Nº 51.354, DE 13 DE
MARÇO DE 2025. A **Presidente** informou que o item 3.1 trata da alteração do Decreto
 Estadual nº 51.355, de 13 de março de 2025, que regulamenta, no âmbito do Estado do
 Amazonas, as infrações administrativas, penalidades e medidas cautelares aplicáveis às
 condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e da outra providência. Ressaltou que a
 relatoria passou por duas Câmaras Técnicas: a Câmara Técnica de Dosimetria e a
 Câmara Técnica Jurídica, tendo como instituição relatora, em ambas, a FIEAM. Em
 seguida, informou que a conselheira Karoline faria a leitura do relato referente
 à alteração do decreto, destacando ainda a presença do Conselheiro
 representante do IPAAM, Dr. Walter, que está disponível para esclarecer
 eventuais dúvidas. Neste momento, a Karoline fez a leitura do decreto o qual,
 antes da leitura dos artigos, discorreu, brevemente, sobre as reuniões
 ocorridas no âmbito da Câmara Técnica Provisória de Dosimetria – CTPD. Após
 a leitura a **Presidente** parabenizou a relatoria, destacou que o trabalho foi
 árduo e aproveitou o momento para agradecer às duas Câmaras Técnicas pelo
 empenho. Ressaltou que foram realizadas diversas reuniões com a
 participação da PGE e da CTL, Câmara Técnica Legislativa da Casa Civil,
 representada pela doutora Tatiana. Parabenizou todos pelo trabalho realizado
 e, em seguida, questionou se o doutor Walter gostaria de fazer algum
 comentário antes da abertura para perguntas. Como ele preferiu não se
 manifestar no momento, a Presidente informou que abriria para
 questionamentos. A **Conselheira representante da FVA, Ana Cristina**, se
 manifestou cumprimentando a presidente e os demais conselheiros e
 apresentou uma dúvida e uma sugestão. Informou que sua dúvida estava
 relacionada ao inciso IV do artigo 2º, que trata do detalhamento do relatório de
 fiscalização e da obrigatoriedade de apresentação dos laudos técnicos.
 Expressou preocupação com a limitação de equipe, funcionários de recursos





82 para a elaboração desses laudos. Questionou se, ao determinar que o relatório
83 deca conter obrigatoriamente o laudo, isso não poderia inviabilizar o
84 prosseguimento do processo. Explicou que, em sua interpretação, como o
85 laudo é elaborado posteriormente ao relatório, a exigência de ambos na
86 mesma etapa poderia gerar entendimento de que o processo não pode
87 avançar sem o laudo em anexo. Solicitou esclarecimento sobre este ponto e
88 perguntou se esta sua preocupação fazia sentido para os demais conselheiros.
89 Em seguida, mencionou outro ponto, referente ao artigo 6º, que trata da
90 supressão das previsões sobre gravidade dos fatos e os antecedentes do
91 infrator. A Conselheira afirmou compreender a justificativa de que, no
92 momento da fiscalização, o fiscal não dispõe dessas informações, mas
93 destacou a importância desse dado para análise posterior. Perguntou, em que
94 etapa do processo administrativo essas informações sobre a gravidade e o
95 antecedente do infrator passarão a constar, uma vez que foram retiradas
96 desse ponto do decreto. **O Conselheiro representante do IPAAM, Walter**
97 **Cohen** afirmou que a elaboração do laudo técnico representa, de fato, um
98 grande entrave para a administração, devido às limitações técnicas e
99 estruturais existentes no estado. Concordou com as observações feitas
100 anteriormente e destacou que, se houver a obrigatoriedade de emissão de um
101 laudo técnico para cada autuação, o órgão não conseguirá dar prosseguimento
102 aos processos administrativos de infração. **O Conselheiro representante da**
103 **UFAM, Francimar Mamed**, explicou que não participou da reunião em que o
104 documento foi finalizado, pois, no mesmo horário, tinha outro compromisso na
105 Ufam relacionado a um assunto de seu interesse. No entanto, mencionou que
106 esteve presente na penúltima reunião, quando a dificuldade em relação ao
107 tema foi apresentada pelo IPAAM. Recordou que, naquela ocasião, destacou
108 que o auto de infração é um documento que deve ser claro, conter o
109 enquadramento correto e todas as informações necessárias para permitir a





defesa do autuado por um suposto crime ou irregularidade ambiental. O Conselheiro afirmou ainda que, em sua compreensão, havia ficado decidido que essa exigência seria retirada do texto, lembrando que se posicionou contra a inclusão e que a OAB também havia manifestado o mesmo entendimento. Finalizou dizendo que essa seria uma discussão a ser retomada na próxima oportunidade. O **Conselheiro representante do IPAAM, Walter Cohen**, disse que concorda integralmente com a fala da conselheira da FVA, justamente por conta das limitações do IPAAM. O Instituto não tem condições de emitir um laudo técnico para cada auto de infração lavrado, pois isso inviabilizaria completamente o processo. Se fosse necessária a elaboração de uma perícia para comprovar o dano ambiental em cada caso, o procedimento não resistiria. Primeiro, porque não há equipe técnica suficiente para conciliar as atividades de fiscalização e de elaboração de laudos, e segundo, porque o processo, que já é naturalmente moroso, se tornaria de fato inviável. O **Conselheiro representante da OAB, Carlos Amorim**, cumprimentou o presidente e os demais conselheiros, destacando concordar com a fala da conselheira da FVA. Explicou que o tema foi amplamente discutido na Câmara Jurídica e manifestou-se contrário à possibilidade de o presidente do IPAAM ter acesso ao relatório sem que ele seja previamente disponibilizado à defesa, pois isso violaria os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Ressaltou que, se o relatório for considerado obrigatório, ele deve estar nos autos no momento em que a defesa for intimada, para evitar cerceamento de defesa. Em seguida, alertou para outro ponto delicado, a previsão de venda de bens apreendidos antes do fim do processo. Segundo ele, isso fere o devido processo legal, pois um órgão público não pode vender bens antes do trânsito em julgado. **Diante disso, afirmou pedir vista do processo para melhor análise, reforçando que a urgência não pode se sobrepor à Constituição.** A **Conselheira representante da FVA, Ana Cristina**, observou que foram



138 retiradas as referências à gravidade dos fatos e aos antecedentes do infrator,
139 pontos que considera essenciais. Destacou que há diferença entre desmatar 1
140 hectare e 30 hectares, e que o histórico do infrator deve ser avaliado, já que
141 muitas empresas são reincidentes. Questionou se esses critérios foram
142 inseridos em outro dispositivo, pois entende que precisam ser considerados na
143 análise do processo, mesmo que não constem mais no auto de infração. O
144 **Conselheiro representante do IPAAM, Walter Cohen**, comentou que,
145 quanto à gravidade da infração, o fiscal consegue, com base nas informações
146 disponíveis, fazer uma avaliação mínima e classificar a infração como grave ou
147 gravíssima. No entanto, em relação à reincidência, destacou que o fiscal não
148 tem como verificar ou avaliar esse aspecto no momento da autuação. A
149 Conselheira representante da FVA, Ana Cristina, ressaltou que o artigo sexto
150 trata da lavratura do auto de infração e propôs uma reflexão sobre a atuação
151 do agente fiscalizador em campo. Ele concordou que é realmente muito difícil,
152 quase impossível, obter informações sobre os antecedentes do infrator nesse
153 momento. Quanto à gravidade dos fatos, afirmou que, mesmo sem ser
154 especialista ou ter formação técnica específica, há situações em que essa
155 avaliação é bastante evidente. Contudo, reconheceu que existem opiniões
156 diferentes sobre o tema. Enfatizou que tanto a análise da gravidade quanto a
157 verificação dos antecedentes do infrator são previsões fundamentais ao longo
158 do processo. Assim, questionou em que ponto da legislação essas questões
159 estarão previstas, já que foram retiradas do momento da lavratura do auto.
160 Perguntou em que fase será feita a análise dos antecedentes e da gravidade
161 dos fatos e, caso não haja previsão em outro trecho, afirmou que, a exemplo
162 do colega da OAB, poderá pedir vista para verificar o texto completo, pois
163 considera esses dois pontos essenciais. O **Conselheiro representante do**
164 **CREA, Renilton Solarth**, questionou como seria possível, por meio de um
165 decreto ou resolução, retirar um ponto previsto em uma lei federal. Destacou



166 que a questão é de natureza constitucional e lembrou que, mesmo que
167 houvesse alguma alteração nesse nível normativo, o agente fiscal continua
168 obrigado a seguir a lei federal. Explicou que, no direito ambiental, as normas
169 gerais são de competência da União e que o Estado não pode reduzir o nível de
170 proteção ambiental já estabelecido. Assim, avaliou que qualquer tentativa
171 nesse sentido representaria um retrocesso jurídico e uma medida
172 inconstitucional, já que não cabe à legislação estadual ou infralegal modificar
173 ou suprimir dispositivos de uma lei federal. Por fim, reforçou que, se o agente
174 tiver condições de avaliar a gravidade do fato e identificar antecedentes do
175 infrator, ele pode e deve fazê-lo, pois essa prerrogativa está assegurada em lei
176 federal, e não pode ser afastada por norma inferior. Dessa forma, não adianta
177 ficar discutindo um assunto inconstitucional. Antes de encerrar as discussões, a
178 Presidente esclareceu que o AOB pediu vista do processo e, conforme
179 regimento interno, suas considerações precisarão ser apresentadas,
180 obrigatoriamente, na próxima reunião do CEMAAM. Passando ao item 3.2 da pauta
181 - Alteração do Decreto Estadual Nº **51.354, DE 13 DE MARÇO DE 2025**, que **DISPÕE**
182 sobre o processo administrativo para apuração das infrações ambientais e imposição de
183 sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras
184 providências. Neste, **a relatora da FIEAM, Karoline Gomes**, fez a leitura e concluiu
185 sobre as seguintes alterações: Altera os artigos 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22 e 28 do
186 Decreto n.º 51.354, de 13 de março de 2025, que dispõe sobre o processo administrativo
187 para apuração das infrações ambientais e imposição de sanções aplicáveis às condutas e
188 atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Abertas as manifestações,
189 **o Conselheiro representante do IPAAM, Walter Cohen**, esclareceu que o decreto
190 em questão possui 51 artigos, mas que apenas alguns foram trazidos para
191 discussão neste momento. Explicou que esses artigos foram selecionados
192 porque, conforme já mencionado pela doutora Raquel, vinham gerando
193 entraves dentro do IPAAM, dificultando o andamento dos processos



194 administrativos. Segundo ele, havia detalhes no texto original que
195 comprometiam a aplicabilidade do decreto, e por isso, na Câmara Técnica
196 Jurídica, decidiu-se discutir esses pontos específicos, com a anuência da PGE e
197 da Casa Civil, em reunião realizada anteriormente na FIEAM. Destacou ainda
198 que a discussão atual não encerra o tema, pois será feita uma análise
199 detalhada, artigo por artigo, no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos
200 Jurídicos, para tratar dos demais artigos. Ressaltou, por fim, que a urgência
201 deste debate se limita à necessidade de garantir maior efetividade e
202 aplicabilidade do decreto. O conselheiro explicou que, em comum acordo na
203 Câmara Técnica, foi decidido pontuar e trazer apenas alguns artigos para
204 discussão neste momento, com o objetivo de já encaminhá-los para
205 publicação. Informou que os demais artigos serão analisados em um momento
206 oportuno, ressaltando que esta é apenas a primeira alteração do decreto. A
207 **Conselheira Ana Cristina, representante da FVA**, levantou uma dúvida
208 sobre a previsão de atuação da Câmara, questionando a quem ela estaria
209 ligada. Ela explicou que, conforme o texto, após a análise ou diante de algum
210 vício, a Câmara emitiria um parecer e encaminharia para a autoridade
211 superior, mas não ficou claro a quem exatamente estaria subordinada. O
212 **Conselheiro representante do IPAAM, Walter Cohen**, respondeu que, pelo que
213 está descrito, a autoridade superior estaria ligada diretamente à presidência,
214 conforme o organograma. O **Conselheiro da Semasclima, Henrique Lima**,
215 explicou que o interessado deve manifestar interesse na resolução consensual,
216 conforme previsto no artigo de disciplina. Ele destacou que erros na tipificação
217 da infração no momento do auto não são vícios insanáveis e podem ser
218 retificados pela autoridade julgadora. Observou que, ao analisar os autos,
219 muitas vezes a tipificação inicial está incorreta, e o setor jurídico pode dar
220 parecer pela nulidade do auto. Ressaltou que a jurisprudência permite corrigir
221 esses erros para que o infrator não fique sem punição. Quando o infrator opta



222 pelo acordo, a tipificação também pode ser reenquadrada, sendo essa uma
 223 escolha do interessado. Por fim, enfatizou que legislar é complexo e exige
 224 conhecimento técnico e de campo. Sem mais manifestações, foi colocado em
 225 votação o Decreto nº 51.354, de 13 de março de 2025. A Presidente solicitou
 226 que as instituições que concordassem com a minuta de decreto alterada
 227 permanecessem como estavam. Em seguida, foi perguntado se havia alguma
 228 abstenção ou votos contrários. Não havendo manifestações, **foi registrada a**
 229 **aprovação por unanimidade.** A presidência agradeceu a todos. Seguindo ao
 230 próximo item de pauta - Análise e deliberação dos processos de Autos de Infração
 231 distribuídos e analisados pelos conselheiros: ICMBIO, SECT, IDESAM e
 232 ALEAM/COMAPA. Primeiro processo a ser relatado é do interessado: Destaque Indústria
 233 e Comércio de Madeiras – ME. Antes de passar a palavra ao relator, a **Assessora dos**
 234 **Colegiados, Glauce Tavares,** informou que todos os processos que estavam em pauta
 235 foram devidamente encaminhados aos Conselheiros. Informou também que as
 236 notificações sobre o julgamento dos processos foram enviadas aos e-mails dos
 237 interessados encontrados nos próprios processos, porém não houve retorno. Ressaltou
 238 ainda que, até o momento, não foi recebida nenhuma resposta indicando se os
 239 destinatários ainda eram ou não partes interessadas. Com a palavra, o relator fez a leitura
 240 e por fim concluiu o seguinte voto: **Diante do exposto concluímos que o processo foi**
 241 **encaminhado erroneamente para esse conselho haja visto que o recurso foi**
 242 **analisado e considerado intempestivo encerrando os trâmites. Isto exposto**
 243 **votamos pelo arquivamento do processo.** A Presidente abriu espaço para
 244 manifestações. O **Conselheiro representante da UFAM, Francimar Mamed,** destacou
 245 que essa não é a primeira vez que levanta essa questão. Segundo ele, o IBAMA já teria
 246 corrigido a situação, mas ainda há processos sendo enviados com o mesmo vício.
 247 Explicou que a Lei de Crimes Ambientais Nº 9.605/1998 trata apenas de crimes do artigo
 248 1º ao 69. As infrações administrativas estão no artigo 70, regulamentadas pelo Decreto nº
 249 6.514/2008. Ele observou que o erro ocorre quando o agente administrativo cita o artigo



250 46 da Lei nº 9.605, o que não é de sua competência. Comparou com um agente de
251 trânsito que, ao autuar, não deve citar crime, mas apenas a infração. Falou ainda, que o
252 IBAMA não tem autoridade para tratar de crimes ambientais, pois sua atuação é
253 administrativa, conforme os artigos 71 e 72 da mesma lei. Por isso, é desnecessário citar
254 dispositivos penais, já que o decreto regulamenta apenas as infrações administrativas
255 previstas no artigo 70. Não havendo mais manifestações, foi colocado em votação o
256 voto do relator. A Presidente solicitou que as instituições que concordassem
257 com voto que permanecessem como estavam. Em seguida, foi perguntado se
258 havia alguma abstenção ou votos contrários. Não havendo manifestações, **foi**
259 **registrada a aprovação por unanimidade.** Passando para o relato do
260 próximo processo, de interesse de Indústria, Comércio e Exportação de
261 Madeiras São Pedro LTDA, relator ICMBIO. Com a palavra, a relatora fez a leitura e
262 por fim concluiu o seguinte voto: Diante do exposto concluímos que o processo foi
263 encaminhado erroneamente para esse conselho haja visto que o recurso foi analisado e
264 considerado intempestivo encerrando os trâmites. Isto exposto votamos pelo
265 arquivamento do processo. A Presidente abriu espaço para manifestações. O
266 **Conselheiro Walter Cohen, representante do IPAAM,** explicou como funcionava o
267 trâmite dos processos antes e depois das mudanças implementadas pela diretoria
268 jurídica. Segundo ele, anteriormente, todos os recursos que chegavam eram
269 encaminhados diretamente à diretoria jurídica, que realizava uma espécie de juízo de
270 admissibilidade e decidia se o processo seria ou não encaminhado ao CEMAAM. Esse
271 procedimento vigorou até o dia 17 de janeiro de 2025. Atualmente, o fluxo foi alterado.
272 Agora, após a publicação da decisão de manutenção do auto de infração da qual cabe
273 recurso, o processo retorna para a gerência de origem responsável pela manutenção do
274 auto. Caso seja interposto recurso, ele é juntado ao processo pela própria gerência, que o
275 encaminha ao gabinete. Em seguida, o gabinete remete o processo ao CEMAAM, para
276 que realize a análise do recurso, como foi feito no caso mencionado. Ressaltou que, a
277 diretoria jurídica não realiza mais a análise dos recursos, ficando essa atribuição sob



responsabilidade do CEMAAM. A relatora do ICMBio, Eleonizia Barreto, falou que, independente da forma equivocada com que agiu o IPAAM, o processo já está prescrito pelo prazo de 5 anos parado. A **Presidente da sessão, Raquel Said**, perguntou se este processo pode ser um dos processos envolvidos na operação Arquimedes, que ficaram de posse da Polícia Federal por alguns anos, por este motivo pode está prescrito. O **Conselheiro representante da UFAM, Francimar Mamed**, observou que, se for um dos processos desta operação, então a prescrição muda, não trata mais de prescrição do processo administrativo. Neste momento, a **Presidente da sessão, Raquel Said**, rememorou que, em reuniões anteriores, passaram pelo CEMAAM dois processos retidos pela polícia, entretanto, os dois possuíam indicativos de suspensão de prazo, o que não é o caso do referido processo, senão a relatora teria observado ao analisar o processo. O **Conselheiro Henrique Monteiro, representante da Semmasclimas**, ressaltou que, independentemente do mérito ou julgamento, é preciso considerar os vícios processuais ocorridos no IPAAM. Destacou que, se já houve prescrição, por se tratar de matéria de ordem pública, não cabe mais análise do processo, pois qualquer deliberação posterior seria inócua. Observou que a prescrição poderia ser reconhecida de ofício, mesmo que o atraso na análise tenha sido responsabilidade do Estado, e questionou se o Conselho, estando o processo em pauta, poderia emitir despacho reconhecendo a prescrição. O **Conselheiro representante da UFAM, Francimar Mamed**, esclareceu que o que pode estar prescrito é apenas a multa, e não a obrigação de reparar o dano ambiental, que é imprescritível. Ele explicou que a maioria dos pareceres se limita ao parágrafo primeiro do artigo 21 do Decreto nº 6.514/2008, mas recomendou que a análise da relatora vá além, alcançando também os artigos 2º, 3º e 4º, pois estes tratam do reconhecimento da prescrição como matéria de ordem pública e determinam providências em caso de sua ocorrência, e na próxima reunião do CEMAAM, apresentar aos Conselheiros para aprovação. Observou que, havendo prescrição, deve ser solicitado o arquivamento do processo relativo à multa, conforme previsto nos artigos mencionados. Destacou ainda



23



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

306 **Encaminhamentos da reunião:**

307

308

Assessoria de Colegiados da SEMA.

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

ANEXO I
LISTA DE PRESENÇA

323

24

www.sema.am.gov.br
instagram: @semaamazonas
youtube.com/semaamazonas
facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone: (92)
3659-1822 Manaus/AM CEP:
69050-030

**CONSELHO ESTADUAL DE
MEIO AMBIENTE DO
AMAZONAS**






AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

LISTA DE PRESENÇA						
118ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMAAM						
INÍCIO DA REUNIÃO:			DATA DA REUNIÃO:		17 de outubro de 2025	
TERMINO DA REUNIÃO:						
Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
1	Titular: Janeth Fernandes da Silva	AENAMBAM				
	Suplente: Delna Maria Correa Macedo Brasil					
	Suplente: Shoji Junior					
2	Titular: Joana Darc Cordeiro de Lima	ALEAM/CPAMA				
	Suplente: Henrique Gealh					
	Suplente: Carla Costa Pereira Manarte					
3	Titular: Cristiano da Silva D'Angelo	ALEAM/COMAPA				
	Suplente: Holly Ann Guimarães Houck					
	Suplente: Andreia Bastos da Silva		F		X	

www.sema.am.gov.br
instagram: @semaamazonas
youtube.com/semaamazonas
facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
3659-1822 Manaus/AM CEP:
69050-030

**CONSELHO ESTADUAL DE
MEIO AMBIENTE DO
AMAZONAS**

www.sema.am.gov.br
instagram: @semaamazonas
youtube.com/semaamazonas
facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
3659-1822 Manaus/AM CEP:
69050-030

**CONSELHO ESTADUAL DE
MEIO AMBIENTE DO
AMAZONAS**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/AA7F.476B.E73E.87D8/6526B0FC>
Código verificador: **AA7F.476B.E73E.87D8** CRC: **6526B0FC**



Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
4	Titular: Silvia Elena Moreira	CNS	M	X		EWS.
	Suplente: Edervan Vieira dos Santos					
	Suplente: Antônio Adevaldo Dias da Costa					
5	Titular: Maria Auxiliadora Cordeiro da Silva	COIAB				
	Suplente: Tito de Souza Menezes					
	Suplente: Ludimar Nunes Gonçalves					
6	Titular: Jean Charles Racene dos Santos Martins	CPRM	M	X		[Signature]
	Suplente: Itani Sampaio Oliveira					
	Suplente: Jussara Socorro Cury Maciel					
7	Titular: Israel Wilter Dourado Cabral	CRBio – 06				
	Suplente: Daniel Souza dos Santos					
	Suplente: Andréa Cristina Santos de Moura					

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone: (92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone: (92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS





Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
8	Titular: Renilton dos Santos Solarth	CREA	M			
	Suplente: Alcione Barbosa Fonseca					
	Suplente:					
9	Titular: Luiz Antônio de Araújo Cruz	EMBRAPA	F			
	Suplente: Rosângela dos Reis Guimarães				X	
	Suplente: Ronaldo Ribeiro Moraes					
10	Titular: Erinete Valentim Jerônimo	FACEA				
	Suplente: Sarah Lima Catunda					
	Suplente:					
11	Titular: Muni Lourenço Silva Junior	FAEA				
	Suplente: Marcos Anderson Pinheiro Nogueira					
	Suplente: Gabriel Gonçalves dos Santos			X		

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS





Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
12	Titular: Valcleia dos Santos Lima Solidade	F A S				
	Suplente: Gabriela Sampaio					
	Suplente: Francisco Ademar da Silva Cruz		F	X	X	[Signature]
13	Titular: Marciclei Pinto da Silva	FETAGRI-AM				
	Suplente: Milton Sérgio Costa Soares					
	Suplente: Rozamy Tenório Moraes					
14	Titular: Renée Fagundes Veiga	FIEAM				
	Suplente: Francisco Alves Belfort					
	Suplente: Karoline Amancio Gomes		F	X		[Signature]
15	Titular: Olavo de Angiolis Silva	FOPES	M		X	[Signature]
	Suplente: Cleudson Rodrigues Gomes					
	Suplente: Wescley Tavares Dray					

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS





Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
16	Titular: Ana Cristina Ramos de Oliveira	FVA	F		X	Ana Cristina Ramos
	Suplente: Fabiano Lopez da Silva					
	Suplente:					
17	Titular: José Eduvício Cadeira	GTA				
	Suplente: Vicente Raimundo de A. Neves		M		X	Vicente Raimundo
	Suplente: Márcia Ruth Martins da Silva					
18	Titular: Evandro Batista	IAAN				
	Suplente: Maria Raimunda Barbosa Lima					
	Suplente: João Gabriel Jefferson Lima					
19	Titular: Jadson José Souza de Oliveira	IBAMA	M	X		Jadson José Souza de Oliveira
	Suplente: Joel Bentes Araújo Filho					
	Suplente: Adriana Mota Gomes de Souza					

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS





Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
20	Titular: Eleoniza Barreto da Silva	ICMBIO	F	x		Eleoniza B. Silva
	Suplente: Michele Caldeira Magdalena Ribeiro		F	x		
	Suplente: Keuris Kelly Souza Silva					
21	Titular: André Luiz Menezes Vianna	IDESAM				
	Suplente: Fernanda de Almeida Meirelles					
	Suplente: Allex Jordan Oliveira Mendonça		M	x		Allex
22	Titular: Ronaldo Pereira Santos	INCRA				
	Suplente: Hélio Leonardo Moura Brandão		M	x		
	Suplente:					
23	Titular: Ires Paula de Andrade Miranda	INPA				
	Suplente: Wellington Luciano De Souza Costa					
	Suplente: Geângelo Petene Calvi		M	x		

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS





Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
24	Titular: Gustavo Picanço Feitoza	IPAAM	M	x		
	Suplente: Walter Cohen Ferreira Junior					
	Suplente: Emanuelle de Souza e Silva					
25	Titular: Izaías Miranda Junior	FMF				
	Suplente: Carla Sena Batista					
	Suplente: Paula Roberta de M. Guimarães					
26	Titular: Suelen Cardoso Ramos	MNCR	PF	x		
	Suplente: Dibson Flores Bastos					
	Suplente:					
27	Titular: Marcelo José de Lima Dutra	OAB/AM	M	x		
	Suplente: Vanylton Bezerra dos Santos					
	Suplente: Carlos Allan Amorim de Carvalho					

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone: (92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone: (92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS





Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
28	Títular: Eduardo Costa Taveira	SEMA				
	Suplente: Luzia Raquel Queiroz Rodrigues Said				<input checked="" type="checkbox"/>	
	Suplente:					
29	Títular: Henrique Lima Marinheiro	SEMMASCLIMA				
	Suplente: Alcione Sarmiento Trancoso					
	Suplente:					
30	Títular: Serafim Fernandes Corrêa	SEDECTI				
	Suplente: José Sandro da Mota Ribeiro					
	Suplente: Edmar Lopes Magalhães		M		X	
31	Títular: Ricardo Tavares de Albuquerque	SECT	M	X		
	Suplente: Leonardo César Rabello Ituassu					
	Suplente: Bruna Lorena Alkimim Maquiné					

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS





Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
32	Titular: Daniel Pinto Borges	SEPROR				
	Suplente: Ricelli Viana Pontes					
	Suplente: Márcio Lima de Abreu		M	X		<i>Márcio Lima de Abreu</i>
33	Titular: Sergio Duvoisin Junior	UEA				
	Suplente: Clairon Lima Pinheiro		M	X		<i>Clairon Lima Pinheiro</i>
	Suplente: Cláudia Cândida Silva					
34	Titular: Francimar de Araújo Mamed	UFAM	M		X	<i>Francimar de Araújo Mamed</i>
	Suplente: Maria Teresa Gomes Lopes					
	Suplente: Marília Gabriela Gondim Rezende					

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS





LISTA DE CONVIDADOS E OUVINTES

Nº	NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	GENERO	FAIXA ETÁRIA		ASSINATURA
				20-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS	
01	Emily Sales	AHEAM	F	X		Emily Sales
02	Janine Tinsakes	Funf	m	X		Janine Tinsakes
03	Victor Lopes Salgado	FOPES	m	X		Victor Lopes
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS

333

334

335

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS



ANEXO II

REGISTRO FOTOGRÁFICO

336

337

338

339

343

344

345



340

341

346

347

348



342



350

351

352

353

354

355

349

356

46

APROVADA NA 119ª RO EM 28.11.2025

www.sema.am.gov.br
 instagram: @semaamazonas
 youtube.com/semaamazonas
 facebook.com/sema.amazonas

Av. Mário Ypiranga, Fone:(92)
 3659-1822 Manaus/AM CEP:
 69050-030

**CONSELHO ESTADUAL DE
 MEIO AMBIENTE DO
 AMAZONAS**





www.sema.am.gov.br
instagram: @semaamazonas
[youtube.com/semaamazonas](https://www.youtube.com/semaamazonas)
[facebook.com/sema.amazonas](https://www.facebook.com/sema.amazonas)

Av. Mário Ypiranga, Fone: (92)
3659-1822 Manaus/AM CEP:
69050-030

 **CONSELHO ESTADUAL DE
MEIO AMBIENTE DO
AMAZONAS**

